revista Eptic
v. 28, n. 2, maio-ago., 2026
ISSN: 1518-2487

Espelhamento imperialista e autoridade científica: disputas sobre vacinação em grupos brasileiros no Telegram

Espejamiento imperialista y autoridad científica: disputas sobre la vacunación en grupos brasileños de Telegram

Imperialist mirroring and scientific authority: disputes over vaccination in Brazilian Telegram groups

Lucas Bragança

Doutor em Comunicação. Pesquisador de Pós-Doutorado no Laboratório de Internet e Ciência de Dados (Labic), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: lucasbragancafonseca@gmail.com.

Anna Julia Teixeira

Mestra em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: anna.julia.teolli@gmail.com.

Allan Cancian Marquez

Mestre e Doutorando em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: allancancian@gmail.com.

Rosane Vasconcelos Zanotti

Doutora em Design. Professora do Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: rosane.zanotti@ufes.br

Francis Sodré

Doutora em Saúde Coletiva. Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: francis.sodre@ufes.br.

Fabio Goveia

Doutor em Comunicação. Professor do Departamento de Comunicação e da Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador do Labic. E-mail: fabio.goveia@ufes.br.

Fabio Luiz Malini de Lima

Professor do Departamento de Comunicação e da Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisador em redes sociais, ciência de dados e controvérsias públicas. E-mail: fabiomalini@gmail.com.



https://br.creativecommons.net/licencas/

Resumo

Este artigo investiga como agências regulatórias estrangeiras são mobilizadas em disputas sobre vacinação no ambiente digital brasileiro. A partir da análise de mensagens publicadas em grupos de extrema direita no Telegram ao longo de 2025, examinamos de que forma a Food and Drug Administration (FDA) é utilizada como referência de autoridade científica em contraposição ao Ministério da Saúde. Com base em análise de grafos semânticos produzidos a partir dos dados do Projeto DNA, identificam-se estratégias discursivas que articulam legitimação externa e descredibilização institucional. Argumenta-se que essa dinâmica configura um processo de espelhamento imperialista, no qual plataformas digitais e hierarquias epistêmicas globais reordenam disputas por autoridade científica, tensionando a soberania sanitária brasileira.

Palavras-chave: Espelhamento Imperialista; Vacinação; Telegram; Autoridade Científica; Soberania Sanitária.

Resumen

Este artículo investiga cómo las agencias regulatorias extranjeras son movilizadas en disputas sobre vacunación en el entorno digital brasileño. A partir del análisis de mensajes publicados en grupos de extrema derecha en Telegram durante 2025, se examina cómo la Food and Drug Administration (FDA) es utilizada como referencia de autoridad científica en contraste con el Ministerio de Salud de Brasil. Con base en el análisis de grafos semánticos producidos a partir de los datos del Proyecto DNA, se identifican estrategias discursivas que articulan legitimación externa y deslegitimación institucional. Se argumenta que esta dinámica configura un proceso de espejamiento imperialista que reordena las disputas por autoridad científica y tensiona la soberanía sanitaria brasileña.

Palabras-clave: Espejamiento Imperialista; Vacunación; Telegram; Autoridad Científica; Soberanía Sanitaria.

Abstract

This article investigates how foreign regulatory agencies are mobilized in disputes over vaccination within the Brazilian digital environment. Based on the analysis of messages shared in far-right Telegram groups throughout 2025, it examines how the Food and Drug Administration (FDA) is used as a reference of scientific authority in contrast to Brazil's Ministry of Health. Drawing on semantic graph analysis derived from the Project DNA, the study identifies discursive strategies that combine external legitimation with institutional delegitimization. The article argues that this dynamic constitutes a process of imperial mirroring through which digital platforms and global epistemic hierarchies reshape disputes over scientific authority and challenge Brazilian health sovereignty.

Keywords: Imperialist Mirroring; Vaccination; Telegram; Scientific Authority; Health Sovereignty.

Introdução

"Um novo símbolo da direita brasileira: a bandeira americana", esse era o título de uma matéria[1] publicada pelo jornal *New York Times* no dia 9 de setembro de 2025. A afirmação foi feita tendo como base o hasteamento da bandeira estadunidense em uma manifestação realizada na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 7 de setembro, feriado do Dia da Independência do Brasil. No mesmo período, uma outra reportagem[2] da *Folha de S.Paulo* destacou a presença recorrente, em manifestações de grupos de ultradireita nacionais, de faixas e discursos que reivindicavam algum tipo de tutela ou intervenção estrangeira, especialmente dos Estados Unidos, sobre decisões políticas nacionais.

O que pode parecer um contrassenso, especialmente dado a data comemorativa, o hasteamento da bandeira americana por grupos de extrema direita revela um traço persistente: a visão do Norte Global, e em particular dos Estados Unidos da América, como instância superior de autoridade moral, técnica e política. Esse gesto se torna ainda mais significativo quando contextualizado pelo cenário político da época, no qual o governo brasileiro enfrentava os impactos do chamado "tarifaço", conjunto de medidas protecionistas impostas pela administração de Donald Trump que sobretaxaram importações brasileiras em até 50% após a condenação judicial do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Como apontou reportagem do *Intercept*, publicada em 15 de julho de 2025, a mobilização de instrumentos comerciais naquele contexto foi interpretada por analistas não apenas como uma decisão econômica, mas como um exercício de poder imperialista. A medida também foi lida como parte de uma estratégia de pressão geopolítica dos Estados Unidos sobre o governo de esquerda brasileiro, bem como um aceno político à ultradireita nacional. A reverência simbólica do ato da Paulista coexistiu, portanto, com tensões econômicas concretas entre os países, evidenciando que a centralidade atribuída aos Estados Unidos opera menos como cálculo pragmático de interesse nacional e mais como alinhamento ideológico.

Esse alinhamento não deve ser compreendido apenas como fenômeno cultural episódico, mas como expressão de dinâmicas imperialistas que produzem hierarquias transnacionais de autoridade, inclusive nos campos científico e regulatório. No ambiente digital contemporâneo, tais assimetrias são reconfiguradas pela concentração infraestrutural das plataformas e pela circulação transnacional de signos de autoridade científica, fazendo com que referências do Norte Global passem a orientar debates públicos sobre temas como ciência e saúde.

No campo da vacinação, esse fenômeno assume contornos particularmente sensíveis. Desde a pandemia de Covid-19, as vacinas deixaram de ser apenas dispositivos biomédicos para se tornarem objetos centrais de disputa simbólica, moral e geopolítica. O que estava em jogo não era apenas a eficácia de um imunizante, mas a legitimidade das instituições responsáveis por validá-lo. A disputa pela vacina tornou-se, assim, a disputa pelo monopólio da competência científica (Bourdieu, 1983) e, em última instância, pela autoridade sobre o corpo social.

Mesmo após o arrefecimento da emergência sanitária global, a Covid-19 permanece como eixo estruturante do debate vacinal em ecossistemas digitais radicalizados, ao mesmo tempo em que narrativas inicialmente associadas à pandemia se expandem para outros imunizantes, como o HPV e vacinas do calendário infantil (Labic, 2025). Tal transbordamento indica que a pandemia operou como catalisador de uma reconfiguração mais duradoura da confiança pública e da disputa por autoridade científica.

---

[1] Nicas, Jack. A New Symbol of the Brazilian Right: The American Flag. *The New York Times*, Nova York, 9 set. 2025. Disponível em: http://bit.ly/4uaW1mA. Acesso em: 16 fev. 2026.

[2] Bailez, Felipe; Fakhouri, Luis. Independência do Brasil é marcada por pedidos de intervenção estrangeira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2025. Disponível em: https://bit.ly/4rLj45P. Acesso em 16 fev. 2026.

A centralidade das disputas em torno da vacinação também deve ser compreendida à luz de sua dimensão política e estratégica. Políticas de imunização não se restringem ao campo biomédico, mas integram o conjunto de capacidades institucionais que estruturam a soberania sanitária dos Estados (Silva, 2021). A capacidade de produzir, regular e implementar políticas públicas de saúde constitui elemento fundamental da autonomia estatal, especialmente em contextos de crise sanitária global. Nesse sentido, disputas discursivas que questionam a legitimidade de autoridades sanitárias nacionais não impactam apenas o debate científico, mas também as condições simbólicas de exercício da soberania no campo da saúde pública.

É nesse contexto que se insere o problema investigado por este artigo: compreender como agências regulatórias do campo da saúde do Norte Global, especialmente a Food and Drug Administration (FDA)[3] e a autoridade nacional, Ministério da Saúde[4], são mobilizadas em grupos brasileiros de extrema direita no aplicativo Telegram. A escolha desta plataforma como objeto não é casual. O endurecimento das políticas de moderação em plataformas de redes sociais de maior alcance, com remoção de conteúdos, suspensão de perfis e desmonetização de páginas associadas à desinformação e a discursos extremistas, produziu um rearranjo do ecossistema digital. Nesse processo, o Telegram consolidou-se como espaço privilegiado de articulação para grupos politicamente radicalizados, em razão de sua arquitetura que combina canais de ampla difusão, elevada capacidade de agregação e menor interferência moderadora. A criptografia, a possibilidade de encaminhamento massivo de mensagens e a baixa transparência sobre dinâmicas internas de circulação favorecem a formação de comunidades coesas, nas quais discursos que encontram maior resistência em ambientes mais regulados podem circular com relativa estabilidade.

A análise desenvolvida neste artigo baseia-se nos dados produzidos pelo Projeto DNA (Painel Informacional On-line de Detecção de Narrativas Antivacina), conduzido pelo Laboratório LABIC (Laboratório de Internet e Ciência de Dados), em parceria com o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), com financiamento do Ministério da Saúde. O projeto realizou, em 2025, monitoramento sistemático de conteúdos sobre vacinação nas redes abertas Instagram, Facebook, X, TikTok, YouTube, bem como em grupos fechados do Telegram.

Foi a partir de uma busca exploratória inicial nesse corpus que identificamos 1.597 ocorrências do termo "FDA" e 628 do termo "Ministério da Saúde" nos grupos de Telegram. Esse desequilíbrio indicava que a agência reguladora estadunidense era mencionada com frequência significativamente maior do que a autoridade sanitária nacional, um resultado que chamou atenção e motivou uma investigação mais aprofundada sobre o papel dessas instituições no debate vacinal nesses ecossistemas digitais. Tal assimetria sugere que a importação de autoridade técnica e a contestação institucional constituem elementos estruturantes dessas conversações da plataforma.

A partir desse conjunto de dados, o artigo examina como essas referências institucionais são mobilizadas nas interações analisadas, buscando compreender de que forma disputas sobre

[3] A FDA (Food and Drug Administration) é a agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, equivalente à Anvisa no Brasil. Ela protege a saúde pública ao controlar e regular alimentos, medicamentos (humanos/veterinários), cosméticos, dispositivos médicos, suplementos e tabaco, garantindo segurança e eficácia antes e depois da comercialização.

[4] Cabe ressaltar que, do ponto de vista institucional, o órgão brasileiro equivalente à Food and Drug Administration (FDA) seria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Contudo, a análise empírica do corpus revelou que, nos grupos observados, as críticas e disputas discursivas sobre vacinação recaem predominantemente sobre o Ministério da Saúde, e não sobre a Anvisa. Por essa razão, optou-se por utilizar o Ministério da Saúde como contraponto analítico à FDA, de modo a refletir com maior fidelidade a dinâmica efetivamente observada nas conversações monitoradas ao longo de 2025.

vacinação passam a articular autoridade científica, contestação institucional e alinhamentos políticos no ambiente digital.

Imperialismo de Plataforma e Dependência Infraestrutural

A discussão proposta neste artigo dialoga com a tradição da economia política da comunicação (Bolaño, 2015) que compreende o imperialismo não apenas como dominação territorial ou econômica, mas também como processo de organização assimétrica da circulação de informação, tecnologia e conhecimento. Nas formulações clássicas, o imperialismo estava associado à expansão econômica e política das potências centrais sobre regiões periféricas (Lenin, 2012). No contexto contemporâneo, entretanto, essas dinâmicas assumem novas formas mediadas por infraestruturas digitais e plataformas transnacionais. Autores como Jin (2015) e Silveira, Souza e Cassino (2021) têm destacado como o Norte Global passa a estruturar as condições de circulação da informação em escala mundial.

Essa leitura dialoga com a tradição latino-americana da economia política da comunicação (EPC), que tratou o poder das plataformas e as assimetrias informacionais internacionais antes mesmo de sua tematização como imperialismo de plataforma: Bolaño, Martins e Valente (2022) e Monje, Fernández e Hidalgo (2021) demonstram como a concentração infraestrutural e o controle transnacional dos fluxos de dados reconfiguram a soberania comunicacional dos países periféricos, articulando essa análise às novas tramas do imperialismo na região (Bastos, Bernardi e Loncomilla, 2022), enquanto Valente (2019) examina o poder de plataforma e a formação de monopólios digitais. Nesse cenário, disputas sobre conhecimento científico e políticas públicas de saúde também passam a ser mediadas por essas infraestruturas, conectando o debate sobre plataformas digitais a questões mais amplas de soberania informacional e soberania sanitária.

Nesse sentido, a análise da disputa vacinal contemporânea exige compreender que a infraestrutura comunicacional não é um suporte neutro, mas um agente ativo. A mediação algorítmica de conglomerados transnacionais reorganiza a visibilidade do discurso público, interferindo na hierarquia de autoridade do campo científico. O objeto de disputa transcende a desinformação, atingindo a própria arquitetura técnica que monetiza a dúvida. Ao priorizar o engajamento, as plataformas transformam a hesitação vacinal em um ativo do capitalismo de vigilância.

Jin (2015) conceitua essa expansão como imperialismo de plataforma, descrevendo a imposição de lógicas de governança que reconfiguram a soberania nacional. No Telegram, observa-se um paradoxo: embora de origem russa, a plataforma tornou-se o espaço preferencial para grupos radicais disseminarem visões alinhadas ao discurso imperialista estadunidense no Brasil. Essa dependência de sistemas cujas regras operacionais fogem ao controle político brasileiro limita severamente a resposta do Ministério da Saúde a ataques informacionais coordenados.

Esse paradoxo evidencia que o espelhamento imperialista opera em dois planos distintos. No plano infraestrutural, a dependência recai sobre uma plataforma de origem russa, cuja arquitetura de baixa moderação e criptografia obedece a lógicas geopolíticas próprias, alheias ao controle brasileiro. No plano discursivo-epistêmico, é o capital simbólico das instituições estadunidenses que é mobilizado como autoridade científica. A soberania sanitária é tensionada justamente nessa assimetria: a infraestrutura pertence a um polo e a autoridade epistêmica invocada pertence a outro, sem que o Estado brasileiro controle qualquer um dos dois. O colonialismo de dados (Silveira, Souza e Cassino, 2021) manifesta-se, aqui, menos como captura por um único centro e mais como subordinação simultânea a centros distintos.

Complementarmente, Silveira, Souza e Cassino (2021) identificam o c*olonialismo de dados*, onde a extração massiva de informações gera novas formas de subordinação. No campo da saúde, essa assimetria submete as campanhas de imunização a lógicas de lucro algorítmico.

Como demonstra Bolaño (2015), na economia política da comunicação digital, o valor de troca da informação sobrepõe-se ao seu valor de uso social: enquanto o rigor técnico gera baixa retenção, o escândalo infundado produz alta circulação, enfraquecendo o esforço pedagógico das autoridades sanitárias.

A materialidade técnica das plataformas é a própria forma de debate. Hoje, a ciência é forçada a competir em ambientes que favorecem a polarização extrema. No Telegram, especificamente, a arquitetura de encaminhamento massivo favorece "bolhas de autoridade" paralelas. Mesmo ciente da importância desses espaços e das discussões que nele se dão, especialmente a partir da dependência tecnológica ocasionada pelo capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017), a atuação do Estado brasileiro na governança desses fluxos é restrita. Daí a importância de ferramentas de infovigilância como uma forma de resistência técnica. Nesse sentido, o monitoramento sistemático realizado pelo LABIC permite identificar rupturas de soberania e mapear a influência estrangeira no debate doméstico.

Nesse contexto, a disputa em torno da vacinação não pode ser compreendida apenas como um conflito de narrativas sobre saúde pública. Trata-se também de uma disputa pelas condições infraestruturais que organizam a circulação da autoridade científica no ambiente digital. Ao mediar a visibilidade de determinados conteúdos e instituições, as plataformas participam ativamente da redefinição de quais vozes são percebidas como legítimas no debate público sobre ciência e saúde.

Campo Científico, Hierarquias Epistêmicas e Espelhamento Imperialista

A infraestrutura tecnológica intervém diretamente na disputa pelo que Bourdieu (1983) define como o "monopólio da competência científica": o direito legítimo de falar em nome da ciência. Tradicionalmente regulado por critérios epistemológicos, instituições acadêmicas e processos de validação por pares, o campo científico passa, no ambiente digital contemporâneo, a ser atravessado por plataformas cuja lógica de funcionamento é predominantemente econômica. Essa mediação reconfigura as condições de circulação do conhecimento científico, permitindo que métricas de visibilidade e engajamento passem a competir com critérios tradicionais de legitimidade científica.

Nesse cenário, a autoridade epistêmica deixa de ser definida exclusivamente pelos mecanismos internos do campo científico e passa a ser filtrada por arquiteturas algorítmicas que priorizam conteúdos capazes de gerar maior circulação e retenção de audiência. Como apontam Wardle e Derakhshan (2017), ambientes digitais marcados por dinâmicas de viralização tendem a amplificar conteúdos emocionalmente carregados, favorecendo a circulação de narrativas que exploram medo, indignação ou suspeição. A dúvida metódica característica do fazer científico pode, assim, ser deslocada para narrativas que transformam a incerteza em instrumento de deslegitimação institucional.

A vacina, enquanto objeto sociotécnico híbrido (Latour, 1997), revela-se particularmente vulnerável a essa dinâmica. Ao articular dimensões biomédicas, decisões estatais e imaginários sociais sobre risco e proteção, a vacinação torna-se terreno fértil para disputas discursivas em torno da autoridade científica. Em ambientes digitais caracterizados por elevada polarização, a descontextualização de dados técnicos, a exploração de exceções estatísticas e a amplificação de supostos riscos ocultos tornam-se estratégias recorrentes de contestação institucional.

Essa dinâmica ocorre em um sistema internacional profundamente assimétrico de produção e circulação do conhecimento científico. Instituições localizadas no Norte Global concentram capital científico, infraestrutura tecnológica e capacidade de definição de agendas de pesquisa, configurando hierarquias epistêmicas globais que atravessam o sistema internacional de

ciência e tecnologia (Silva, 2021). Nesse contexto, agências regulatórias estrangeiras passam a ocupar posição privilegiada como fontes de legitimidade científica, enquanto instituições nacionais podem ser submetidas a processos sistemáticos de contestação.

A tradição latino-americana da teoria da dependência oferece importantes ferramentas analíticas para compreender esse fenômeno. Como argumenta Furtado (1978), a subordinação estrutural das economias periféricas não se restringe ao plano econômico, envolvendo também padrões tecnológicos, institucionais e culturais que moldam horizontes de legitimidade e desenvolvimento. No ambiente digital contemporâneo, essa dependência assume uma dimensão infraestrutural: a circulação do conhecimento científico passa a ser mediada por plataformas e sistemas tecnológicos majoritariamente situados no Norte Global, cujas lógicas de governança, visibilidade e moderação escapam em grande medida ao controle soberano dos Estados do Sul.

Convém, ainda, distinguir dois registros de soberania frequentemente sobrepostos. A soberania nacional, em sentido clássico, remete à capacidade do Estado de regular e decidir sobre seu território e suas políticas públicas, incluindo a soberania sanitária. A soberania digital refere-se à capacidade de controlar as infraestruturas, os dados e as regras de circulação informacional que hoje mediam essas decisões (Belli et al., 2026; Lastres, Cassiolato e Dantas, 2025). O espelhamento imperialista atua na articulação entre as duas: a erosão da soberania digital converte-se em erosão da soberania sanitária, na medida em que a autoridade para validar a ciência é deslocada para fora das fronteiras institucionais do Estado. Trata-se de uma forma contemporânea do que Harvey (2014) descreve como acumulação por espoliação, agora estendida ao domínio informacional.

No interior dessa configuração emerge o que denominamos *espelhamento imperialista*. Trata-se de um mecanismo discursivo mais amplo por meio do qual atores políticos locais mobilizam seletivamente o capital simbólico de instituições estrangeiras para reordenar disputas de autoridade em seus próprios contextos nacionais. Essa ideia não se limita a um campo temático específico, mas descreve uma forma recorrente de internalização e reprodução de hierarquias epistêmicas globais no interior de disputas políticas domésticas. O resultado é a reprodução, no debate doméstico, de hierarquias epistêmicas globais que deslocam o eixo de legitimidade para fora das fronteiras institucionais do Estado.

Em ambientes comunicacionais governados por plataformas digitais, esse processo tende a ser intensificado pela lógica de circulação algorítmica de conteúdos. A arquitetura dessas plataformas favorece a formação de comunidades discursivas relativamente fechadas, nas quais narrativas de contestação institucional podem circular com elevada intensidade e reforço mútuo. Nesse contexto, disputas políticas que anteriormente se restringiam a arenas institucionais passam a ser mediadas por infraestruturas digitais que reorganizam a visibilidade e a autoridade das diferentes vozes envolvidas no debate público.

É nesse quadro que se torna possível compreender como agências regulatórias estrangeiras podem ser mobilizadas como instâncias externas de validação científica em disputas domésticas sobre saúde pública. O debate vacinal brasileiro constitui, nesse sentido, um caso empírico particularmente revelador desse processo. Para examinar empiricamente como essa dinâmica se manifesta nesses ecossistemas digitais, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para mapear e analisar a circulação dessas narrativas em grupos do Telegram.

Metodologia: Corpus, Procedimentos de Coleta e de Análise

A investigação empírica apresentada neste artigo baseia-se nos dados produzidos pelo Projeto DNA, conduzido pelo Laboratório LABIC, em parceria com o IBICT, com financiamento do Ministério da Saúde. Em 2025, o projeto realizou monitoramento sistemático de conteúdos sobre vacinação em diferentes plataformas digitais, incluindo Instagram, Facebook, X, TikTok e YouTube. No conjunto dessas redes abertas, foram identificadas 694.549 postagens e 108.538 vídeos, responsáveis por 6.971.874.039 visualizações e interações. Para além dessas plataformas, o estudo também se debruçou a compreender as narrativas vacinais que circulavam no Telegram, em razão de sua relevância para a circulação de narrativas políticas e antivacina em comunidades digitais radicalizadas.

Para o desenvolvimento desse corpus, foi necessário construir um conjunto inicial de grupos e canais do Telegram nos quais circulavam conteúdos relacionados à vacinação. O processo teve como ponto de partida um conjunto de controle composto por 53 grupos e canais identificados pelo Supremo Tribunal Federal por associação às manifestações antidemocráticas de 8 de janeiro de 2023. A escolha desse conjunto inicial não é casual: trata-se de espaços vinculados a redes de mobilização política da extrema direita brasileira que utilizam o Telegram como infraestrutura de articulação e circulação de narrativas ideológicas, incluindo discursos negacionistas sobre vacinação e referências recorrentes a agendas políticas transnacionais, especialmente alinhadas ao universo político estadunidense. A partir desse núcleo inicial, novos grupos e canais foram progressivamente incorporados através da técnica de *snowball* (bola de neve), partindo do monitoramento dessa primeira amostra que era ampliada sempre que outros grupos eram mencionados ou compartilhados nas conversas analisadas.

Esse procedimento permitiu mapear uma rede ampliada de circulação de conteúdos políticos e conspiratórios no Telegram, ambiente frequentemente utilizado por comunidades que migraram de plataformas mais moderadas. Ao final desse processo, o conjunto de observação resultou em 223 grupos e canais que tiveram todas as suas mensagens coletadas utilizando o Telegram Observatory (TelO), software desenvolvido pelo Labic. A ferramenta utiliza a API oficial do Telegram para coletar, de forma retroativa, todas as informações públicas de grupos e canais previamente selecionados em um determinado período temporal (Cavalini et al., 2023). A extração inicial retornou todas as mensagens públicas desses grupos e canais, independentemente de seu conteúdo temático, que somaram 36.624 mensagens e 123.081.679 interações.

A coleta restringiu-se a mensagens públicas de grupos e canais abertos, por meio da API oficial do Telegram, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei nº 13.709/2018), no âmbito do legítimo interesse de pesquisa científica. Nenhum dado pessoal identificável de usuários é reproduzido: as mensagens citadas foram anonimizadas, suprimindo-se autoria, identificadores e metadados individuais, e são apresentadas exclusivamente para fins de análise do discurso institucional em circulação.

Em atenção ao princípio da reprodutibilidade, os artefatos de rede (arquivos .gdf/.gexf agregados e anonimizados), o léxico de filtragem e o codebook das categorias serão disponibilizados em repositório aberto [informar DOI/repositório]. O corpus bruto de mensagens não é depositado publicamente por conter dados passíveis de reidentificação, em observância à LGPD, podendo ser disponibilizado a pares mediante solicitação justificada e acordo de uso.

A etapa seguinte consistiu no processo de filtragem semântica, realizado por meio do software Ford, também desenvolvido pelo Labic. Essa etapa teve como objetivo eliminar ruídos, mensagens em idiomas estrangeiros e conteúdos que não dialogavam diretamente com o universo discursivo da vacinação. Para isso, foram utilizados termos associados ao campo vacinal e às autoridades sanitárias, incluindo: vacina, vacinas, vacinação, vacinal, vacinador,

vacinado, vacinados, vacinada, vacinadas, vacinar, vacinei, vacinou, vacinam, vacinamos, vacinava, vacinavam, vacinará, vacinarão, vacinassem, vacinando, vacinável, vacináveis, Ministério da Saúde e FDA. Após o processo de limpeza e filtragem, o corpus final resultou em 1.635 mensagens, contendo 1.597 ocorrências do termo "FDA" e 628 ocorrências do termo "Ministério da Saúde", que passaram a constituir a base empírica utilizada para a análise discursiva desenvolvida neste artigo[5].

Com os dados previamente tratados, realizamos uma etapa de processamento semântico, novamente utilizando o software Ford, que transforma o arquivo bruto em diferentes formatos analíticos contendo estatísticas e relações entre termos presentes no corpus. Entre esses arquivos, destaca-se o formato .gdf, utilizado para a construção de visualizações de redes semânticas. Essas redes foram geradas no software Gephi, ferramenta open source amplamente utilizada para análise de redes complexas. Nesse procedimento, cada palavra é representada como um nó, enquanto as conexões entre palavras representam coocorrências dentro das mensagens analisadas. O resultado é um grafo semântico capaz de revelar padrões de associação entre termos, permitindo identificar estruturas recorrentes na organização do discurso.

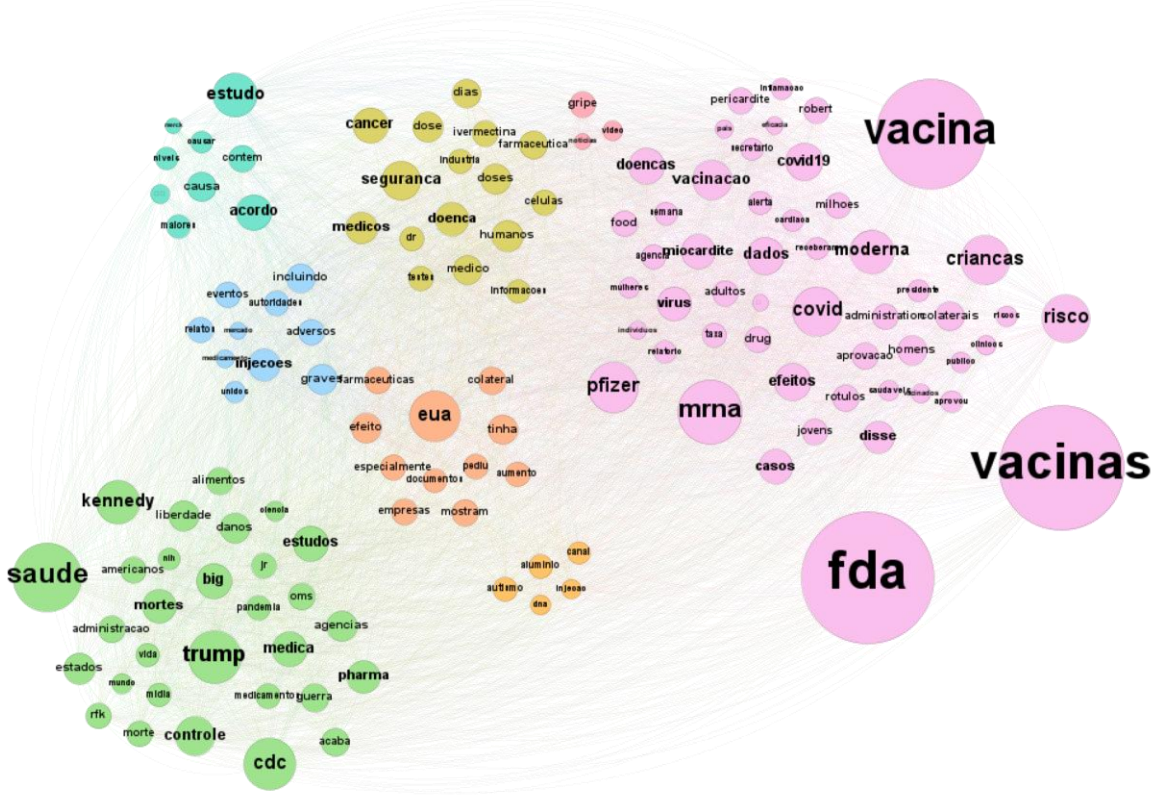
A análise desses grafos possibilita observar como determinadas instituições, conceitos ou tecnologias são semanticamente articulados no interior das mensagens. Essa estratégia metodológica permite, portanto, ir além da análise isolada de mensagens individuais, revelando padrões estruturais na circulação das narrativas analisadas. É a partir dessa leitura relacional que examinamos, na seção seguinte, como a FDA é mobilizada nesses grupos, frequentemente em contraste com o Ministério da Saúde brasileiro.

Análise 1: FDA como Nó de Autoridade Transnacional

A análise do grafo semântico construído a partir das mensagens que contêm o termo "FDA" revela padrões discursivos relativamente estáveis na forma como a agência regulatória estadunidense é mobilizada nesses ecossistemas comunicacionais. Longe de aparecer apenas como referência técnica ocasional, a FDA funciona como um verdadeiro polo de organização narrativa, estruturando conjuntos de associações semânticas que articulam ciência, política e risco biológico. A leitura do grafo permite identificar ao menos quatro estratégias discursivas principais.

[5] Cabe registrar uma delimitação do corpus relevante para a leitura das análises. Por reter mensagens que mencionassem os termos "FDA" ou "Ministério da Saúde", o procedimento de filtragem captou, no caso da autoridade nacional, um espectro discursivo mais amplo do que no caso da agência estrangeira, incluindo menções ao Ministério da Saúde em contextos político-administrativos e de gestão pública, para além do debate estritamente vacinal. Longe de constituir um ruído a ser eliminado, essa diferença informa a interpretação: ela reflete o próprio modo como cada instituição circula nesses ecossistemas, a FDA, mobilizada de forma concentrada como referência de autoridade científica; o Ministério da Saúde, disperso em um repertório mais heterogêneo de contestação institucional. Por essa razão, a Análise 2 é conduzida como caracterização qualitativa do enquadramento discursivo do Ministério da Saúde, e não como um contraste quantitativo simétrico com a FDA.

Grafo 1- FDA



Fonte: Autoria Própria

1. Estratégia de politização transnacional da autoridade científica

O primeiro conjunto de associações conecta o termo FDA a palavras relacionadas ao campo biomédico e institucional, como "vacinas", "vacina", "covid", "saúde", "CDC" e "estudos". Esse agrupamento sugere que a agência regulatória estadunidense opera como um marcador discursivo de legitimidade científica no interior desses grupos. Nesse contexto, a menção à FDA funciona frequentemente como um dispositivo retórico de validação. Documentos, relatórios ou decisões atribuídas à agência são mobilizados como evidência de autoridade técnica, mesmo quando apresentados de forma fragmentada ou descontextualizada. A referência à instituição estrangeira cumpre, assim, uma função de certificação simbólica, conferindo peso científico a argumentos que buscam questionar políticas vacinais nacionais.

Esse padrão reforça a hipótese de deslocamento da autoridade epistêmica. Ao recorrer a uma agência regulatória estrangeira como árbitro privilegiado da verdade científica, o debate sanitário passa a ser estruturado a partir de um eixo externo de legitimidade, frequentemente em detrimento das autoridades sanitárias brasileiras. Nesse sentido, a ligação do termo "FDA" no grafo com outros clusters discursivos, sugere que a disputa em torno da vacinação não ocorre apenas no plano factual, mas também no plano da hierarquização transnacional da autoridade científica.

A eficácia dessa estratégia de certificação simbólica pode ser vista na seguinte mensagem que circulou em um dos grupos: " 🔥💉 *'Fonte interna da FDA: 'Esta é a primeira vez que a FDA dos EUA reconhece que as vacinas COVID-19 mataram crianças americanas". Um memorando interno vazado do Dr. Vinay Prasad, chefe do Centro de Avaliação e Pesquisa Biológica (CBER)*

da FDA, acaba de surgir". A mensagem demonstra como a autoridade epistêmica é deslocada para o exterior: não se busca a validação na Anvisa ou no Ministério da Saúde, mas em supostos "memorandos vazados" de uma agência estrangeira. Ao evocar nomes de divisões técnicas (CBER) e cargos específicos de instituições estadunidenses, o discurso constrói uma simulação de rigor técnico que serve para deslegitimar as campanhas de vacinação locais. Nesse contexto, a FDA não é apenas uma agência reguladora, mas um dispositivo retórico de validação que permite aos grupos radicais alegar que a "verdade científica" está sendo ocultada pelas autoridades brasileiras, mas revelada por fontes "dissidentes" do Norte Global.

2. Estratégia de legitimação científica por autoridade estrangeira

Um segundo conjunto semântico conecta o termo FDA a referências explícitas ao universo político dos Estados Unidos, especialmente por meio de associações com termos como "Trump" e "Kennedy". Esse padrão indica que a agência regulatória não aparece isolada como entidade técnica, mas inserida em um ecossistema discursivo que mistura ciência, disputas ideológicas e conflitos políticos.

A presença recorrente dessas figuras políticas sugere que o debate científico é frequentemente reinterpretado à luz das guerras culturais norte-americanas. Nesse processo, conflitos internos ao campo político dos Estados Unidos são importados para o debate vacinal brasileiro, reconfigurando a forma como evidências científicas são mobilizadas e interpretadas. De maneira geral, as narrativas presentes nos grupos do Telegram validam Trump como o líder que vai punir Fauci[6], Gates[7] e a *big pharma* (Indústria Farmacêutica) por genocídio com a liberação de milhões de vacinas durante a pandemia.

A operacionalização desse ecossistema discursivo observa-se de forma nítida na mensagem veiculada em um dos grupos: *"GOVERNO TRUMP LANÇA BOMBA: 'PENA DE MORTE EM JOGO PARA CRIMES DE MRNA'. Eles mentiram. Eles envenenaram. E agora... finalmente... a justiça está no horizonte. O governo Trump está planejando proibir as vacinas contra a COVID para todos os americanos, uma medida que pode marcar a maior reviravolta na história da medicina e desferir um golpe mortal na Big Pharma"*. Ao transmutar a complexidade da regulação sanitária em um cenário de "justiça criminal" e retribuição, o discurso desloca o eixo da autoridade científica nacional para uma arena de julgamento político estrangeiro. A menção à "pena de morte" para supostos "crimes de mRNA" demonstra como a desinformação instrumentaliza o capital simbólico do poder executivo estadunidense para rotular tecnologias de saúde como armas biológicas, mobilizando afetos de medo e vingança. Assim, o debate no Brasil deixa de orbitar a eficácia vacinal para alimentar a expectativa de uma intervenção externa salvacionista, que supostamente libertaria a população de um genocídio orquestrado por elites globais e pela indústria farmacêutica.

3. Estratégia de suspeição tecnológica das vacinas

O terceiro eixo semântico identificado no grafo conecta a FDA a termos relacionados a tecnologias vacinais específicas, especialmente "mRNA", "Pfizer" e "Moderna". Esse conjunto indica que a agência é mobilizada sobretudo em debates relacionados às vacinas desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19. A associação recorrente entre FDA e essas tecnologias

[6] Anthony Fauci é um renomado imunologista estadunidense e ex-conselheiro médico chefe do ex-presidente estadunidense Joe Biden.

[7] Bill Gates, fundador do Windows, é um dos maiores financiadores privados da saúde global e da pesquisa de vacinas no mundo. Por isso, é frequentemente associado a teorias conspiracionistas relativas às imunizações.

sugere que a agência funciona como ponto de referência em narrativas que buscam questionar a segurança ou a legitimidade dessas plataformas biomédicas. Nesse contexto, decisões regulatórias, documentos técnicos ou comunicados institucionais atribuídos à FDA são frequentemente reinterpretados como evidência de experimentação populacional ou de riscos ocultos associados às vacinas.

Esse padrão discursivo evidencia como a inovação biomédica se torna terreno fértil para a produção de desconfiança institucional. Tecnologias recentes são enquadradas como sinais de experimentação ou como prova de que processos regulatórios teriam sido acelerados de forma irresponsável. A mobilização da FDA nesses debates contribui para reforçar a ideia de que a verdade científica estaria sendo revelada fora do sistema sanitário brasileiro. Cabe notar, ainda, a presença do termo "ivermectina" no grafo, que conecta o eixo antivacina ao repertório do chamado "tratamento precoce": a contestação das vacinas não circula isolada, mas integra um ecossistema mais amplo de deslegitimação da medicina baseada em evidências.

A materialização dessa estratégia de suspeição pode ser vista na mensagem que propaga: "🚨 *PFIZER DEIXOU DADOS DA VACINA COVID-19 FORA DAS SUBMISSÕES À FDA, MOSTRAM DOCUMENTOS (...) As submissões parecem ter sido manipuladas para esconder o fato de que a biodistribuição era muito mais ampla do que a narrativa inicial promovida"*. Este conteúdo exemplifica como a inovação biomédica do mRNA é enquadrada não como avanço, mas como objeto de uma conspiração técnica. Ao alegar que dados de biodistribuição foram "omitidos" ou "manipulados" nas submissões à FDA, a narrativa transforma o rigoroso processo regulatório em uma prova de "experimentação populacional" e de "riscos ocultos". Assim, a agência estrangeira deixa de ser um selo de segurança para se tornar, na interpretação desses grupos, a peça-chave que confirmaria a existência de um projeto de engano global coordenado pela Big Pharma, reforçando a desconfiança nas autoridades sanitárias brasileiras que validaram tais tecnologias.

4. Estratégia de amplificação da vacinação como um risco

Por fim, um quarto conjunto semântico identificado no grafo articula o termo FDA a palavras associadas a efeitos adversos e riscos biomédicos, como "inflamação", "miocardite", "casos", "doenças", "cardíaco", "colaterais", "riscos" e "alerta". Esse agrupamento indica que a agência regulatória aparece com frequência em mensagens que discutem os supostos danos associados à vacinação. A presença desses termos sugere a construção de um campo narrativo centrado na amplificação de riscos biológicos. Efeitos adversos raros ou estudos preliminares são frequentemente mobilizados como evidência de perigos sistêmicos das vacinas, produzindo uma narrativa na qual a imunização deixa de ser apresentada como estratégia de proteção coletiva e passa a ser percebida como potencial ameaça à saúde individual.

Nesse contexto, a referência à FDA desempenha papel crucial. Ao associar a agência regulatória à identificação desses riscos, as mensagens analisadas produzem a impressão de que alertas científicos estariam sendo revelados por autoridades estrangeiras, enquanto instituições nacionais permaneceriam silenciosas ou coniventes. Essa dinâmica contribui para alimentar um ciclo de suspeição institucional, no qual a autoridade científica brasileira é constantemente colocada em dúvida.

A materialização desta estratégia é percebina na mensagem que noticia: *"As autoridades federais de saúde tomaram medidas ativas para 'adiar o alerta ao público' (...) sobre os riscos de complicações cardíacas decorrentes de vacinas de mRNA (...) Embora o CDC e a FDA estivessem bem cientes do risco de miocardite"*. Ao associar termos como "inflamação" e "miocardite" a uma suposta omissão deliberada de agências estrangeiras, o discurso transmuta a vacinação de estratégia de proteção em ameaça biológica. Esta narrativa sugere que alertas

cruciais seriam revelados apenas por fontes externas, enquanto as instituições brasileiras permaneceriam coniventes. Assim, a referência à FDA e ao CDC serve para alimentar um ciclo de suspeição institucional que fragiliza a autoridade científica nacional e projeta a imunização como um perigo sistémico ocultado pelo Estado.

Espelhamento imperialista e reorganização da autoridade científica

A soberania sanitária brasileira, mediada por interesses corporativos e lógicas de lucro algorítmico, passa a depender não apenas de laboratórios, mas da capacidade de disputar legitimidade em um ambiente transnacionalizado. O deslocamento do eixo de autoridade para agências como o FDA e o CDC exemplifica como a dependência tecnológica molda os horizontes de validade científica no Brasil. trata-se de uma subordinação estrutural onde, como apontado por Furtado (1978), padrões tecnológicos externos definem o que é reconhecido como válido no território nacional.

No Telegram, a arquitetura que permite o encaminhamento massivo e a exportação de pautas estrangeiras favorece a criação de "bolhas de autoridade" paralelas à oficial. A análise do Projeto DNA evidencia essa dinâmica na seguinte mensagem: "🚨*DECISÃO IMPORTANTE! Os EUA acabam de anunciar que a partir de hoje, a vacina contra o Covid será removida do cronograma do CDC para crianças e grávidas. E o Brasil, como que fica?"*. Esse conteúdo materializa o fenômeno do espelhamento imperialista, no qual o capital simbólico de uma instituição do Norte Global é mobilizado seletivamente para fragilizar a confiança no PNI e enquadrar as autoridades brasileiras como tecnicamente subordinadas ou omissas.

Essa mediação intervém diretamente no "monopólio da competência científica" (Bourdieu, 1983), filtrando a autoridade por meio de conteúdos emocionalmente carregados de alta viralidade. Ao transformar uma suposta decisão administrativa estrangeira em um ultimato contra o Ministério da Saúde, como o questionamento "E o Brasil, como que fica?", o ecossistema de plataformas submete a proteção da vida a métricas de engajamento que ignoram o interesse público nacional. Nesse contexto, a infovigilância estratégica do IBICT torna-se fundamental para identificar os pontos onde a soberania nacional é sitiada.

É preciso notar, ainda, que a FDA mobilizada por esses grupos em 2025 não é a agência técnica em sua acepção tradicional, mas uma instituição já atravessada pelas disputas da administração Trump–Kennedy e pelo movimento Make America Healthy Again (MAHA). O que se espelha, portanto, não é a autoridade científica estadunidense enquanto tal, mas uma versão politicamente realinhada de seu aparato regulatório — uma FDA reinterpretada à luz de agendas antivacina. Esse dado, presente no próprio corpus pela coocorrência entre "FDA", "Trump" e "Kennedy", refina a noção de espelhamento imperialista: o que se importa é uma autoridade ideologicamente afim, e não a autoridade epistêmica neutra que o discurso invoca

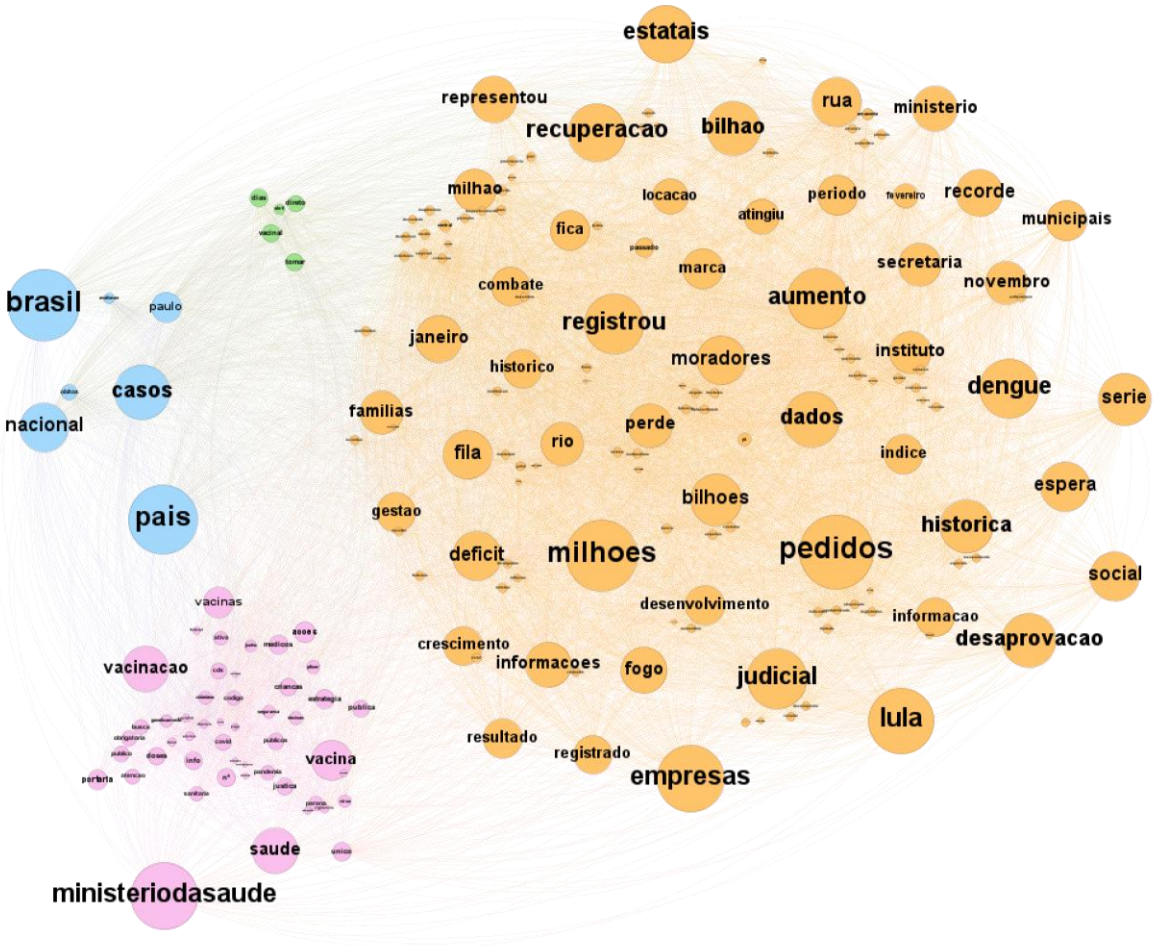
Análise 2: O Ministério da Saúde e a Arena da Descredibilização

A análise do grafo semântico construído a partir das mensagens que contêm o termo "Ministério da Saúde" revela uma configuração discursiva distinta daquela observada no caso da FDA. Enquanto a agência regulatória estadunidense aparece frequentemente associada a estratégias de validação científica externa, o Ministério da Saúde emerge predominantemente como objeto de contestação e suspeição política. Essa distinção é, em si, um dado central: ao contrário da FDA, o Ministério da Saúde praticamente não é convocado como fonte de autoridade epistêmica, mas aparece imerso em vocabulário político-administrativo e de gestão. Antes de indicar apenas os temas mais frequentes, o grafo evidencia uma assimetria estrutural de posições: à instituição estrangeira reserva-se o lugar de árbitro da ciência; à autoridade

nacional, o de alvo de disputa política. A leitura da rede que segue orienta-se, portanto, menos por uma comparação quantitativa simétrica com a FDA e mais pela caracterização qualitativa do modo como o Ministério da Saúde é discursivamente posicionado.

No grafo analisado, o termo "Ministério da Saúde" aparece conectado a clusters semânticos que articulam críticas institucionais, disputas partidárias e narrativas de risco associadas à vacinação. Diferentemente da FDA, que funciona como polo de legitimação técnica, o Ministério da Saúde é mobilizado como símbolo de um Estado supostamente politizado e pouco confiável. A leitura do grafo permite identificar três estratégias discursivas principais.

Grafo 2- Ministério da Saúde



Fonte: Autoria Própria

1. Estratégia de politização da autoridade sanitária

O primeiro conjunto de associações conecta o termo "Ministério da Saúde" a palavras relacionadas ao campo político, como "governo", "Lula", "política" e "obrigatória". Esse agrupamento indica que a autoridade sanitária nacional é frequentemente enquadrada como extensão de disputas partidárias, e não como instância técnica responsável pela formulação de políticas públicas de saúde.

Nesse enquadramento discursivo, decisões relacionadas à vacinação são reinterpretadas como instrumentos de controle político ou ideológico. A presença recorrente de referências ao governo federal sugere que a política vacinal é frequentemente deslocada do campo técnico

para o campo da disputa política. Tal processo contribui para dissolver a separação entre política pública e partidarização, enfraquecendo o reconhecimento institucional do Ministério da Saúde como autoridade científica legítima. Essa estratégia discursiva reforça uma lógica de suspeição institucional na qual decisões sanitárias passam a ser interpretadas como produto de interesses políticos ocultos, e não como resultado de processos técnicos e científicos consolidados.

2. Estratégia de construção do Estado como agente de coerção vacinal

Um segundo conjunto semântico conecta o termo "Ministério da Saúde" a palavras relacionadas à vacinação infantil e à intervenção estatal, como "crianças", "vacina", "vacinação", "doses" e "portaria". A presença desses termos sugere que políticas públicas de imunização, especialmente aquelas voltadas à proteção da infância, aparecem frequentemente associadas a narrativas que enquadram a ação do Estado como forma de imposição institucional.

Nesse tipo de mensagem, decisões administrativas ou normativas, frequentemente mencionadas por meio de termos como "portaria", "judicial" e "dados", são reinterpretadas como evidências de que o Ministério da Saúde estaria promovendo políticas vacinais de forma autoritária ou sem transparência. A vacinação deixa de ser apresentada como estratégia coletiva de prevenção epidemiológica e passa a ser narrada como intervenção estatal potencialmente perigosa sobre o corpo individual.

A presença recorrente do termo "crianças" nesse conjunto semântico é particularmente significativa. Como argumenta Stanley (2018), movimentos autoritários frequentemente mobilizam a retórica da proteção da infância e da família como forma de reorganizar disputas políticas e produzir pânico moral em torno de políticas públicas. Ao evocar a vulnerabilidade infantil, tais narrativas deslocam o debate sanitário do campo técnico para o campo emocional e moral.

Nesse contexto, a associação entre o Ministério da Saúde, a vacinação e a proteção de crianças contribui para construir um enquadramento discursivo no qual políticas de imunização são reinterpretadas como evidências de coerção estatal ou negligência institucional, reforçando um ambiente de desconfiança em relação à autoridade sanitária nacional.

3. Estratégia de associação entre políticas vacinais e dano biológico

Um terceiro conjunto semântico conecta o termo "Ministério da Saúde" a palavras relacionadas à produção de riscos associados à vacinação, como "autismo", "casos", "dados", "doses" e "milhões". Esse agrupamento indica que políticas de imunização conduzidas pelo Ministério são frequentemente mobilizadas em narrativas que associam campanhas vacinais à ocorrência de supostos efeitos adversos em larga escala.

A presença de termos como "casos", "dados" e "milhões" sugere a circulação de mensagens que procuram conferir aparência estatística ou documental a essas alegações. Nesses conteúdos, números e referências vagas a dados epidemiológicos são mobilizados como evidência de que campanhas vacinais teriam provocado danos significativos à população, frequentemente sem contextualização científica ou verificação metodológica.

Nesse contexto, a associação entre vacinação e autismo aparece como elemento central desse conjunto semântico. Embora amplamente refutada pela literatura científica, essa hipótese continua a circular como narrativa recorrente em ecossistemas digitais radicalizados, funcionando como mecanismo de produção de medo em torno das campanhas de imunização.

Ao conectar o Ministério da Saúde a esses termos, as mensagens analisadas constroem um enquadramento discursivo no qual a autoridade sanitária nacional deixa de ser percebida como agente de proteção coletiva e passa a ser associada à produção ou ocultação de danos biológicos. Tal estratégia contribui para reforçar um ambiente de suspeição institucional, no qual políticas públicas de saúde são reinterpretadas como potenciais ameaças à população.

Descredibilização institucional e disputa epistêmica

Consideradas em conjunto, as três estratégias identificadas indicam que o Ministério da Saúde ocupa posição central na arena discursiva analisada, não como instância de referência científica, mas como alvo privilegiado de contestação e suspeição institucional. Confirma-se, assim, a assimetria que estrutura o espelhamento imperialista: a autoridade epistêmica é projetada para fora, na FDA e em outras instituições do Norte Global, enquanto a autoridade sanitária nacional é destituída desse lugar e reposicionada como terreno de disputa política. Não se trata de duas instituições comparadas em pé de igualdade, mas de dois papéis discursivos distintos e complementares, cuja articulação é precisamente o que sustenta o deslocamento transnacional da legitimidade científica.

Nesse contexto, a disputa em torno da vacinação ultrapassa o plano biomédico e passa a operar como uma disputa pela própria autoridade epistêmica no campo da saúde pública. A descredibilização do Ministério da Saúde observada nesses grupos não ocorre de forma isolada, mas integra um ambiente comunicacional no qual instituições nacionais são sistematicamente submetidas a processos de contestação simbólica. A referência recorrente a instituições estrangeiras, como observado anteriormente no caso da FDA, contribui para aprofundar esse deslocamento, reforçando um cenário em que a legitimidade científica é progressivamente reorganizada em escala transnacional e mediada pela infraestrutura das plataformas digitais.

Considerações Finais

Talvez uma das evidências mais contundentes da eficácia dos processos imperialistas seja quando formas de autoridade externas passam a ser desejadas ou mobilizadas como referência legítima dentro de disputas domésticas. Ainda que a expressividade desses discursos não represente a totalidade da sociedade brasileira, a sua existência em ecossistemas digitais organizados é sintomática. Como demonstrado ao longo deste artigo, a mobilização recorrente da Food and Drug Administration (FDA) em grupos brasileiros de extrema direita no Telegram não se limita à circulação global de informações científicas, mas participa de um processo mais amplo de reorganização da autoridade epistêmica no campo da saúde.

A análise dos grafos semânticos revelou que a FDA é frequentemente mobilizada como instância externa de validação científica, enquanto o Ministério da Saúde aparece predominantemente como alvo de contestação e suspeição institucional. Essa assimetria discursiva estrutura um regime narrativo no qual o capital simbólico de instituições estrangeiras é utilizado para legitimar determinadas interpretações sobre vacinas, ao passo que a autoridade sanitária nacional é enquadrada como politizada, coercitiva ou negligente. Não se trata, portanto, de uma disputa meramente informacional, mas de um conflito sobre quem possui o direito legítimo de falar em nome da ciência.

Nesse processo, a referência à FDA raramente ocorre de forma neutra ou contextualizada. Como evidenciado nas mensagens analisadas, decisões administrativas, relatórios técnicos ou comunicados institucionais da agência estadunidense são frequentemente mobilizados de

forma seletiva, destacando exceções ou trechos isolados que são reinterpretados como provas de riscos ocultos das vacinas. Ao serem recortadas de seu contexto científico original, essas referências passam a operar como dispositivos retóricos capazes de catalisar afetos de medo, indignação e desconfiança em relação às políticas vacinais conduzidas pelo Estado brasileiro.

Como ressalta Edna Silva (2021) em sua pesquisa, a cooperação científica internacional e a circulação global de conhecimento biomédico constituem elementos centrais da governança contemporânea da saúde, envolvendo múltiplos atores transnacionais, como organizações multilaterais, agências reguladoras e instituições científicas. Contudo, nos ecossistemas digitais analisados, essa circulação é frequentemente apropriada de forma seletiva e descontextualizada, transformando instituições estrangeiras em instrumentos discursivos utilizados para contestar decisões sanitárias nacionais. O que se observa nesses debates é a reprodução de hierarquias epistêmicas globais, nas quais instituições científicas do Norte Global passam a ser investidas de maior autoridade simbólica, enquanto instituições nacionais são sistematicamente submetidas a processos de contestação e suspeição.

Tal dinâmica materializa o que este artigo denomina espelhamento imperialista: um mecanismo discursivo no qual atores políticos locais mobilizam seletivamente o capital simbólico de instituições do Norte Global para reordenar disputas de autoridade no plano nacional. Nesse processo, a infraestrutura das plataformas digitais desempenha papel central ao permitir a circulação acelerada de narrativas transnacionais que deslocam o eixo de legitimidade científica para fora das fronteiras institucionais do Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo, a descredibilização sistemática do Ministério da Saúde observada nesses ecossistemas contribui para fragilizar a confiança pública no Programa Nacional de Imunizações, historicamente reconhecido como uma das políticas de saúde mais bem-sucedidas do país. A disputa sobre vacinação, portanto, não ocorre apenas no plano biomédico, mas no plano da soberania informacional e tecnológica. Em ambientes comunicacionais governados por plataformas transnacionais e orientados por métricas de engajamento, a autoridade científica passa a competir com narrativas emocionalmente carregadas que exploram incertezas, exceções e controvérsias.

Nesse cenário, a infovigilância emerge como instrumento fundamental de defesa da soberania sanitária. Iniciativas como o Projeto DNA, conduzido pelo LABIC, demonstram que o monitoramento sistemático de ecossistemas digitais permite identificar dinâmicas de circulação de desinformação e mapear processos de deslocamento da autoridade científica em tempo real. Ao tornar visíveis esses fluxos informacionais, a infovigilância contribui para fortalecer a capacidade do Estado e da sociedade civil de responder a estratégias discursivas que buscam fragilizar políticas públicas de saúde.

Assim, mais do que um problema de desinformação isolada, o que se observa é a manifestação de uma disputa estrutural por autoridade científica mediada pela infraestrutura das plataformas digitais. A crise contemporânea da confiança vacinal revela, em última instância, uma dimensão comunicacional do imperialismo no século XXI: a capacidade de reorganizar regimes de verdade em escala transnacional, deslocando os centros de legitimidade científica e tensionando a soberania sanitária de países do Sul Global.

Referências bibliográficas

BASTOS, Manoel Dourado; BERNARDI, Guilherme; LONCOMILLA, Gina Viviane Mardones. Diálogos entre a Teoria Marxista da Dependência e a Economia Política da Comunicação para o século XXI: as novas tramas do imperialismo na América Latina e a comunicação como forma social. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 150, p. 97-112, 2022.

BELLI, Luca et al. **Soberania de inteligência digital e artificial no Brasil**: rumos à autonomia tecnológica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2026.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Campo aberto para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: Edise, 2015.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; MARTINS, Helena; VALENTE, Jonas C. L. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la Comunicación y la Cultura**, Buenos Aires, n. 24, p. 1-20, 2022.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CAVALINI, Athus; MALINI, Fabio; GOUVEIA, Fabio; COMARELA, Giovanni. Politics and disinformation: Analyzing the use of Telegram's information disorder network in Brazil for political mobilization. **First Monday**, [S. l.], v. 28, n. 5, 2023. Disponível em: https://bit.ly/4smHAdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

JIN, Dal Yong. **Digital Platforms, Imperialism and Political Culture**. Routledge, 2015.

LABIC. **Relatório Semântico Anual 2025**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2025.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; DANTAS, Marcos (orgs.). **Economia política de dados e soberania digital**: conceitos, desafios e experiências no mundo. São Paulo: Contracorrente, 2025.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MONJE, Daniela; FERNÁNDEZ, Alina; HIDALGO, Ana Laura (eds.). **(Des)iguales y (des)conectados**: políticas, actores y dilemas info-comunicacionales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SILVA, Edna Aparecida. Trump, do negacionismo climático à Operation Warp Speed: crise, mobilizações e a politização da vacina nos Estados Unidos. **Revista Tempo do Mundo**, [s. l.], n. 26, ago. 2021. Disponível em: https://bit.ly/46GQwSu. Acesso em: 6 jan. 2026.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (orgs.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira iliberal na rede. São Paulo: Autêntica, 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do "nós" e "eles". Porto Alegre: L&PM, 2018.

VALENTE, Jonas C. L. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe**, Estrasburgo, 2017.

Agradecimentos e fontes de financiamento

Este artigo é resultado do Projeto DNA realizado pelo Laboratório LABIC da Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o IBICT, com financiamento do Ministério da Saúde. A autora Anna Julia Teixeira de Oliveira agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado, que possibilita dedicação exclusiva às produções acadêmicas.

 Licença CC BY-NC-AS